

## **A sobreposição de frentes pioneiras no sul do estado do Pará: da expansão pastoril sertaneja à formação de grandes empreendimentos agrícolas**

VANIA VAZ\*

Este artigo reflete sobre as diferentes dinâmicas de ocupação territorial que ocorreram em alguns municípios do sul do estado do Pará; Conceição do Araguaia, Redenção, Cumaru do Norte, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia. O estudo foi realizado durante o processo de elaboração da tese de doutorado, “A Formação dos Latifúndios no Sul do Estado do Pará: Terra, Pecuária e Desflorestamento”, apresentada ao programa de pós-graduação do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília.

A discussão sobre a ocupação do território amazônico pode ser abordada por diferentes perspectivas e épocas. Cada região desse bioma carrega parte da história dos distintos processos de ocupação, os quais tiveram início ainda no período colonial. Entretanto, reunir alguns processos estabelecendo alguns recortes temporais e principalmente geográficos específicos tornou-se um desafio, justamente pela necessidade em vincular vestígios socioculturais ligados principalmente ao diferente uso da terra e da natureza, elementos marcantes da região do estado.

As diferentes frentes de expansão e ocupação do sul do Pará intercalaram-se durante o processo ocupacional. E cada uma das frentes apresentava suas especificidades, estratégias e objetivos próprios.

A primeira frente de expansão, era composta por um grupo sertanejo pastoril de origem nordestina. Tal grupo partiu do Maranhão, cruzou o norte de Goiás e ocupou áreas de pastagens naturais próximas à margem paraense do rio Araguaia, em território indígena Kaiapó, nos anos finais do século XIX. Praticamente nesse mesmo período, essa mesma área do sul do Pará foi escolhida por missionários franceses da Ordem Dominicana como ponto central da missão de catequese. Tal ordem religiosa surgiu em 1216 e a grande vocação estava focada no trabalho de evangelização de “povos pagãos” (SANTOS, 1996).

Nos anos finais da década de 1950 chegou à região outra frente impactante, formada por profissionais liberais e empresários com experiência em produção pecuária ou em corretagem de imóveis, provindos principalmente do estado de Goiás. Sua intenção era legalizar, junto ao

\*Dr<sup>a</sup> em Desenvolvimento Sustentável (CDS/ UnB). Bolsista, Pós-doc PNPd/capes (PPG- História/ Unicentro)

governo do estado do Pará, áreas imensas, com o intuito primário de realizar especulação imobiliária.

O terceiro grupo foi formado por empresas de capital nacional ou estrangeiro, que instalaram fazendas na região a partir do ano de 1964. Essas organizações aproveitaram as oportunidades de fomento para desenvolver grandes projetos agropecuários, tornando toda a região um imenso polo desse modelo de ocupação.

De certa forma, esse longo recorte temporal justifica-se por compreender os períodos de maior mudança na região. Ao se propor essa abordagem ampla da trajetória de parte do sul do Pará, assumiu-se um grande desafio, o de buscar informações para contemplar as diferenças e particularidades da área de pesquisa frente a outros espaços amazônicos estudados com maior frequência e aprofundamento.

O trabalho do antropólogo Carlos Antonio de Moreira Neto, intitulado “A Cultura Pastoril do Pau d’Arco”, foi realizado em um importante momento de transição da região, a década de 1950 e mostrou-se imprescindível. Sua análise proporcionou a possibilidade de pensar a região em momentos distintos e bem decisivos quanto ao seu processo ocupacional, ou seja, desde a fase inicial de expansão das áreas de pastagens naturais para bovinos em território de domínio indígena até a mudança na forma e nos meios de ocupação das terras em decorrência do grande volume de áreas tituladas, a partir do ano de 1958.

Quanto à fase inicial de ocupação, pode-se afirmar que esse estudo antropológico também contribuiu por usar bibliografia específica sobre a região, levando, assim, à observação da importância dos registros realizados pelos missionários dominicanos que atuaram no sul do Pará.

Os dominicanos iniciaram suas missões no Brasil por volta de 1881, na província de Minas Gérias, na região de Uberaba. Gradativamente, foram avançando e fundando conventos na Província de Goiás ou, mais especificamente, na Cidade de Goiás em 1883 e em Porto Imperial em 1886. Ainda neste último ano, prosseguiram sucessivamente rumo ao norte do Brasil em busca de tribos indígenas susceptíveis ao processo de catequese. Chegaram à margem paraense do rio Araguaia e, após os primeiros contatos com a tribo Kayapós, pediram autorização da Ordem para fundar a missão em território amazônico.

O contato com parte das memórias deixadas pelos religiosos trouxe para este trabalho uma perspectiva de reflexão histórica, sobre fatos que acompanharam a instalação da missão e sobre as relações sociais, econômicas e religiosas com a população sertaneja local. Possibilitou também, em especial, a discussão de informações típicas da frente pastoril

sertaneja.

Contudo, para refletir sobre a onda pastoril de origem nordestina que alcançou a margem paraense do rio Araguaia, fez-se necessário estudar os aspectos mais característicos dessa frente sertaneja no sul Pará desde os seus primórdios, séculos atrás, ainda no nordeste brasileiro colonial.

Partes das fontes utilizadas neste trabalho referem-se a publicações de diários de viagens e memórias dos religiosos franceses que estiveram na região em estudo. Nelas existem relatos sobre as formas de uso da terra do sul do Pará. Assim, tais obras abriram caminho para discussão e reflexão sobre o “Sertão”, o “Brasil Central” e, é claro, sobre o imaginário referente à “Amazônia”, constante na história de muitos aventureiros.

Assim, nesse trajeto entre Minas Gerais, Goiás e Pará, observamos constantes descrições sobre o meio físico e todos os possíveis e impossíveis desafios presenciados. *“Dans ces régions désertiques, il y a un proverbe qui dit: Dieu est grand, mais le matto (forêt) est plus grand encore”* (TAPIE, 1928 :02).

Além das consultas ao arquivo e à biblioteca da ordem dominicana, realizou-se levantamento bibliográfico sobre parte da trajetória de deslocamento de grupos de sertanejos do nordeste brasileiro, em especial oriundos do Maranhão. Assim, evidenciou-se que parte desses grupos de sertanejos de características pastoris atingiram outras regiões, a exemplo do norte do antigo estado do Goiás, atual Tocantins.

Nesse mosaico de diferentes frentes, tornou-se importante realizar o estudo de duas fazendas distintas, por terem como características fazendeiros/ empresários do centro-sul brasileiro principalmente quanto a seus processos de instalação a Fazenda Santa Tereza, área titulada desde 1958/1959 nos municípios de Redenção e Cumarú do Norte, e a Fazenda Cristalino, instalada em 1978/1979 situada nos municípios de Santana do Araguaia e Santa Maria das Barreiras e considerada pelos produtores da região como empresa agropecuária “modelo”, foi necessário percorrer longos caminhos.

De tal modo, o objetivo central do trabalho foi o de se refletir sobre as distintas estratégias e/ou motores de ocupação que ocorreram com diferentes atores, estando estes inseridos nos mais variados grupos sociais e dinâmicos de ocupação ou reocupação das terras, ao longo da trajetória da região.

Foram sertanejos de origem nordestina que partiram principalmente do Maranhão, seguiram até o norte de Goiás e enfim chegaram em número bastante reduzido, a margem paraense do rio Araguaia, nos anos finais do século XIX, período em que o território era

dominado pelos índios Kaiapós. A trajetória inicial desse primeiro grupo para atingir a margem paraense do rio Araguaia foi árdua e marcada também por conflitos de terras, especialmente em território goiano. Dessa forma o intuito era de explorar as paisagens naturais, com água em abundância para a criação dos pequenos rebanhos. Assim, essa região ainda em consolidação também abrigou, garimpeiros, ribeirinhos e extrativistas, esses últimos geralmente coletores de castanhas.

As movimentações políticas e econômicas que ocorreram no Brasil nas décadas de 1940 e 1950 influenciaram, de maneira direta, a frente pioneira, que titulou enormes áreas em território sul paraense nos anos finais da década de 1950. Sem dúvida, foram rápidas as mudanças que ocorreram a partir desse período, na medida em que as áreas comuns de pastagens naturais passaram a ser incorporadas a estabelecimentos rurais privados e os “novos” proprietários passaram a praticar o manejo do gado nos moldes culturais do centro-sul brasileiro.

Torna-se desafiador apresentar ou retratar uma Amazônia pelo foco dos diferentes grupos que a compõe; nessas condições, os grupos da frente de expansão e da frente pioneira, ao mesmo tempo em que se assemelham pelas características de desbravamento, de conquista e de delimitação das melhores áreas, se diferenciaram bruscamente pelas formas de uso do território e, conseqüentemente, pelo impacto socioambiental que causam. Os altos índices de depredação do meio ambiente, as denúncias de redução à condição análoga de escravo e de trabalho degradante e o comportamento defensivo e/ou agressivo de fazendeiros frente às disputas pela terra ocorreram de forma hostil quando a frente pioneira capitalizada estava no “controle” de todas as dinâmicas territoriais e econômicas da região.

Ao estudar a trajetória das diferentes frentes que chegaram ao sul do Pará, é possível observar os choques socioculturais dos diferentes grupos, principalmente sobre as concepções sobre o novo e o antigo, o moderno e o atrasado, o tecnológico e o rústico.

Mesmo assim, o distanciamento geográfico, as dificuldades de logística e a simplicidade da atividade que os sertanejos exerciam não os impediram de buscar um pouco de informações para algumas mudanças no manejo da pecuária. Contudo, nada foi tão intenso ou diferenciado como as ações das novas fazendas que se formaram na região. Mas para eles, as poucas mudanças realizadas ainda nos anos iniciais da década de 1950, já eram grandes avanços, pois inclusive foram capazes de gerar atritos entre as diferentes gerações dos pecuaristas de origem sertaneja.

A sobreposição da frente pioneira e da frente de expansão produz uma situação de contemporaneidade dessas relações de tempos distintos. E nela a mediação das relações mais desenvolvidas faz com que a diferença apareça, na verdade, como atraso (MARTINS, 1996: 45).

Como tentativa de implementação de novas técnicas, Moreira Neto (1960) destacou o desenvolvimento de pequenas áreas de pastagens artificiais, sendo utilizado um capim diferenciado até então, denominado pelos sertanejos de “Capim Jaraguá”. Outra tentativa de mudança na produção pecuária foi por meio da aquisição de animais “enraçados<sup>1</sup>”, em especial pela espécie Zebu. Tais tentativas de mudanças causavam grande repulsa para os fazendeiros mais antigos, pois a necessidade de contrair débitos para tais alterações caracterizava uma situação desonrosa para os tradicionalistas.

Essa mesma resistência, segundo Ianni (1978) e Moreira Neto (1960), quanto aos processos de mudanças, ocorria para as especulações da movimentação de algumas companhias imobiliárias interessadas em obterem terras de forma oficial na região, eram distintas duas opiniões.

O grupo mais jovem visualizava como positivo as mudanças nos sistemas de apropriação do solo, queriam repetir um padrão que já existia em regiões vizinhas, por outro lado o grande grupo de vanguarda sentia-se ameaçado, justamente porque tal mudança colocaria em risco a continuidade da pecuária naquele padrão de ocupação dos pastos naturais.

Dessa forma, pouquíssimos integrantes da frente pastoril preocupavam-se em buscar informações e meios para investir no processo de legalização de suas posses, junto ao governo do Estado do Pará. Um grande número de fazendeiros era totalmente desfavorável a qualquer tipo de oficialização e documentação de seus estabelecimentos, por dois fatores distintos: um econômico, devido à dificuldade financeira de alguns; outro cultural, devido à total aversão quanto às questões governamentais e jurídicas, tal como seus antepassados, os quais realizavam uma pecuária itinerante.

Determinados produtores esforçavam-se para buscar outras possibilidades, outros meios de crescimento para a atividade econômica; nessas circunstâncias, alguns refletiam sobre a chegada das companhias imobiliárias como uma perspectiva de progresso, inclusive para a pecuária; contudo não esperavam que qualquer projeto ou política pública fosse capaz de atingi-los de maneira tão árdua (MOREIRA NETO, 1960).

---

<sup>1</sup> Enraçados: termo utilizado para distinguir os animais com raças superiores, principalmente peso e tamanho, frente aos bovinos que já existiam na região.

A perspectiva de mudança relacionava-se também às expectativas geradas com a maior movimentação da política nacional, no contexto de processo de interiorização do Brasil, principalmente entre meados da década de 1940 até meados da década de 1950, destacando-se ações distintas como a Expedição Roncador-Xingu, a Fundação Brasil Central e o projeto até a conclusão da rodovia Belém-Brasília.

Mesmo que as articulações e especulações estivessem mais concentradas no território goiano; as informações desse grande propósito de ocupação e progresso respingavam também nesse território paraense.

Este movimento de “conquista” teve muita importância no imaginário paulista e paulistano. Nesta época, ocorreu uma mobilização mais ativa e direta de grandes empresários, mas também alguns cidadãos decididos a administrar com êxito a oportunidade de aquisição de terras em área ainda “desconhecidas” e “despovoadas”.

Dentro desse contexto, surgem estratégias distintas de alguns órgãos do governo para o território amazônico<sup>2</sup>, mas havia um imaginário da descoberta ainda mais amplo, incluindo trechos de um “Brasil Central” também com áreas de floresta e sertões ainda por serem desbravadas.

O grande sertão do Brasil Central, compreendido entre o rio Araguaia e seus afluentes da esquerda, a leste, o Tapajós com seus formadores a oeste, os chapadões mato-grossenses ao sul, e uma linha correspondente aproximada ao paralelo 4 (L.S), que corta aqueles rios na altura dos seus grandes encachoeirados, com uma área de aproximadamente um milhão de quilômetros quadrados, até poucos anos era a região menos conhecida de todo o continente americano, talvez do mundo. Isso não significava que a partir desses limites começasse o Brasil demográfico. Não. O sertão bruto, com pequenas interrupções constituídas por escassos e dispersos moradores que abrangia toda a região central do território brasileiro, com uma população altamente rarefeita (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 1994:41).

Justamente nesse ponto de encontro entre o “Brasil Central” e o cenário Amazônico, uma região de diferentes fronteiras, que se iniciam as primeiras ocupações, inclusive para o desenvolvimento da atividade pecuária no sul do Estado de Pará. De certa forma, a região do norte de Goiás, atual estado do Tocantins, já abrigava um encontro de diferentes populações do Brasil, que devido à posição geografia atraía e/ou servia de ponto de passagem para

---

<sup>2</sup> Somente em 27 de outubro de 1966 ocorreu oficialmente a delimitação geopolítica do espaço denominado como Amazônia Legal, nesse momento ocorreu à extinção da SPVEA e criação da SUDAM. Sendo assim o conceito de Amazônia Legal teve essencialmente a finalidade planejamento. Nas décadas seguintes ocorreram alguns adequações, em 11 de outubro de 1977, a lei complementar n.º 31, criou o estado do Mato Grosso do Sul e desde então todo o território do Mato Grosso passou a fazer parte da Amazônia Legal. Em 05 de outubro de 1988, com a Constituição Federal foi criado o estado do Tocantins e os territórios federais de Roraima e do Amapá são transformados em estados federados. Sendo assim, o estado de Goiás saiu das áreas limites da Amazônia Legal.

garimpeiros, os quais se deslocavam entre os estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, além de acomodar as ondas migratórias do nordeste, em especial do estado do Maranhão, que se deslocavam gradativamente para essa região.

Contudo, todos os movimentos migratórios vão se intensificar a partir de 1964. A possibilidade de criação de empresas agropecuárias na região amazônica por meio de incentivos fiscais potencializou as transformações, e mesmo que ocorresse a imobilização de um grande capital com a compra de terras na região Amazônia, “os subsídios para o desenvolvimento de projetos eram compensatórios” (MARTINS, 2009:153). Esta dinâmica ampliou as esperanças de diferentes grupos durante o processo de crescimento da região, que migraram e se estabeleceram de forma desordenada.

De certa forma, desde 1950 os empresários, fazendeiros e corretores de imóveis rurais, que isoladamente também começavam a busca por terras nesse interior do Brasil, ao mesmo tempo em que se “arriscavam” ou realizavam maiores investimentos nas expedições para maior conhecimento do espaço, vivenciavam situações de grande oportunidade e bons negócios, principalmente pelo do mercado de terras, pois o custo para as titulações foi irrisório perante a rápida valorização dos títulos.

Torna-se ainda mais desafiador apresentar ou retratar uma Amazônia pelo foco dos diferentes grupos que a compõe; nessas condições os grupos das frentes expansionistas e da frente pioneira ao mesmo tempo em que se assemelham pelas características de desbravamento, de conquista e de delimitação das melhores áreas, se diferenciaram bruscamente pelas formas de uso do território e conseqüentemente pelo impacto socioambiental que causaram.

Os altos índices de depredação do meio ambiente, as denúncias de redução à condição análoga de escravo e de trabalho degradante, bem como do comportamento defensivo e/ou agressivo que fazendeiros desenvolveram, frente às disputas pela terra, ocorreram de forma hostil quando a frente pioneira capitalizada estava no “controle” de todas as dinâmicas territoriais e econômicas da região.

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da História Colonial**. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Brasília, 1998.

AMADO, J. Região, sertão, nação. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995.

BECKER, B. K. Significância contemporânea da fronteira: uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira. In: AUBERTIN, C. (Org.). **Fronteiras**. Brasília: UnB, 1988.

BECKER, B. K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

DEAN, W. **A ferro e fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DEFFONTAINES, P. L'introduction du bétail en Amérique Latine. In: \_\_\_\_\_. **Les cahiers d'outre mer**. V. X. Bourdeaux, 1957.

\_\_\_\_\_. Le rôle de l'élevage dans la régionalisation de l'espace au Brésil. In: \_\_\_\_\_. La régionalisation de l'espace au Brésil. **Séminaire international du CNRS réuni au Centre d'Études de Géographie Tropicale de Bordeaux**. 20-28 nov. 1963. Paris: Edition CNRS, 1971.

\_\_\_\_\_. **Routes et foires a bétail en Amérique Latine**. Bourdeaux, 1957.

DROULERS, M. **Le Brésil, une géohistoire**. Paris: PUF, 2001.

IANNI, O. **A luta pela Terra**: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

KHOURY, Y. A. (Orgs). **Muitas histórias, outras memórias**. São Paulo: Olho d'Água, 2004.

MARTINS, J. S. A reprodução do capital na frente pioneira e o renascimento da escravidão no Brasil. Tempo Social. **Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 6, n. 1-2, jun. 1995.

\_\_\_\_\_. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

\_\_\_\_\_. O tempo da fronteira. Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. Tempo Social. **Revista Sociologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, mai. 1996.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau D'Arco. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi – Antropologia**, Belém, n. 10, mar. 1960.

SAYAGO, D. *et al.* (org.) **Amazônia**: cenas e cenários. Brasília: UnB, 2004.

SILVA, F. C. Bandeirantes do século XX na Amazônia: a formação socioeconômica da frente pioneira de Redenção no sul do Pará. **Paper do Núcleo de Altos Estudos Amazônico**, NAEA, n. 225, dez. 2008.

SILVA, H. R. **Nos Sertões do Araguaia**. 2. ed. São Paulo: Fagundes, 1936.

TOURRAND, J. *et al.* Pionnier d Amazonie: une vision particulière de l incertitude. In: ANCEY, V. (Org.). **Agir en situation d incertitude**. Brussels, Belgium: P.I.E. Peter Lang, Ecopolis, v. 17, 2012.

VILLAS BOAS, C.; VILLAS BOAS, O. **A marcha para o Oeste**. São Paulo: Globo, 1994.

VITA, H. **Campo Alegre, Santana e Eu. História da Criação de Santana do Araguaia-PA**. Palmas: Gráfica Araguaia, 2004.